



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

Fornecimento e instalação de divisórias para as novas sedes dos
Cartórios Eleitorais de São Carlos, Videira e Ituporanga.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Sumário

1.	Objeto da Contratação.....	3
2.	Fundamentação da Contratação	3
2.1.	Motivação	3
2.2.	Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios	3
2.3.	Alinhamento Estratégico	3
2.4.	Estudos Preliminares do Objeto.....	3
2.5.	Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada	3
2.6.	Objetos Disponíveis.....	4
2.7.	Caracterização e Composição do Objeto	4
2.8.	Parcelamento e Adjudicação.....	4
2.9.	Seleção do Fornecedor	4
2.10.	Modalidade e Tipo de Licitação.....	5
2.11.	Impacto Ambiental.....	5
2.12.	Conformidade Técnica	5
2.13.	Obrigações da Proponente	5
2.14.	Obrigações da Contratante	6
2.15.	Obrigações da Contratada	6
2.16.	Custo estimado da contratação.....	7
3.	Especificação Técnica Detalhada	7
3.1.	Requisitos Técnicos	7
Anexo I –	Plano de Fiscalização	9
1.	Execução e Gestão do Contrato	9



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1. Objeto da Contratação

Fornecimento e instalação de divisórias navais para as edificações que abrigam os Cartórios Eleitorais de São Carlos, Videira e Ituporanga.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

A presente solicitação tem por finalidade adequar as novas salas locadas para abrigar as sedes dos Cartórios Eleitorais de São Carlos, Videira e Ituporanga mediante o fechamento de ambientes internos para separação dos diversos usos, conforme layout definido.

2.2. Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

A adequação dos espaços físicos dos Cartórios Eleitorais do TRESC tem como objetivo proteger e resguardar o patrimônio público, além de garantir melhores condições de trabalho para os servidores e usuários da Justiça Eleitoral, indo ao encontro das necessidades do negócio, não apresentando conflito com o Planejamento Estratégico Institucional e com os Objetivos Organizacionais relacionados à Gestão das Aquisições e Contratações.

Espera-se que, após a execução dos serviços a serem contratados, as divisórias sejam resistentes, tenham firme fixação e acabamento uniforme e durável.

2.3. Alinhamento Estratégico

SGP3

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Para analisar a viabilidade, a estratégia e os riscos desta contratação foi realizado estudo técnico preliminar, disponível no PAE n 6.298/2020

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Id.	Local	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Cartório Eleitoral de São Carlos	Divisória Painel/ Vidro: 11,17m ²	Divisória Painel/ Vidro: 11,17m²
		Divisória Painel: 32,63m ²	Divisória Painel: 32,63m²
		Divisória Painel/ Painel/ Vidro: 46,32m ²	Divisória Painel/ Painel/ Vidro: 46,32m²
		Portas: 04 unidades	Portas: 04 unidades
2	Cartório Eleitoral de Videira	Divisória Painel/ Vidro/ Vidro: 12,18m ²	Divisória Painel/ Vidro/ Vidro: 12,18m²
		Divisória Painel/ Painel/ Vidro: 29,19m ²	Divisória Painel/ Painel/ Vidro: 29,19m²
		Divisória Painel/ Painel: 23,17m ²	Divisória Painel/ Painel: 23,17m²
		Portas: 06 unidades	Portas: 06 unidades
3	Cartório Eleitoral de Ituporanga	Divisória Painel/ Painel/ Vidro: 24,80m ²	Divisória Painel/ Painel/ Vidro: 24,80m²
		Divisória Painel/ Vidro/ Vidro: 16,90m ²	Divisória Painel/ Vidro/ Vidro: 16,90m²
		Portas: 02 unidades	Portas: 02 unidades

Quantitativo para estimativa de cálculo obtido por meio dos projetos de divisórias dos cartórios de



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

São Carlos, Videira e Ituporanga.

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

MATERIAL	DESCRIÇÃO
PAINEL	Painéis de, no mínimo, 35 mm (trinta e cinco milímetros) de espessura, com miolo semioco, revestido em pintura à base d'água, com secagem ultravioleta na cor Areia Jundiá. Altura aproximada de 2,10m (dois metros e dez centímetros) ou 1,05m (um metro e cinco centímetros) a partir do piso.
ESTRUTURA	Perfis de aço galvanizado pintados na cor preta, com montantes estruturais simples que possibilitem a adequação das divisórias à modulação de, aproximadamente, 125cm (cento e vinte e cinco centímetros).
VIDRO	Vidro com espessura mínima de 4mm (quatro milímetros), estruturados com perfis de aço galvanizado pintados na cor preta, com montantes estruturais que possibilitem a adequação das divisórias à modulação de, aproximadamente, 125cm (cento e vinte e cinco centímetros).
PORTAS	Porta para divisórias com miolo semioco, com dobradiças e fechaduras, com perfeito acabamento, nas dimensões 0,84x2,10m.
FERRAGENS	Dobradiças e fechaduras tubulares para divisórias, na cor preta, com duas chaves. As fechaduras devem permitir o fechamento com chave pelo lado externo do ambiente.

2.8. Parcelamento e Adjudicação

A adjudicação será por item, ou seja, por localidade da edificação que receberá as divisórias – os Cartórios Eleitorais.

Id.	Item (Bem/Serviço)	Forma de Parcelamento	Justificativa
1	Divisórias para o Cartório Eleitoral de São Carlos	Por item	Probabilidade de haver fornecedor regional.
2	Divisórias para o Cartório Eleitoral de Videira	Por item	Probabilidade de haver fornecedor regional.
3	Divisórias para o Cartório Eleitoral de Ituporanga	Por item	Probabilidade de haver fornecedor regional.

2.9. Seleção do Fornecedor

2.9.1. Critérios de Preferência e de Desempate

A presente licitação poderá ser destinada, exclusivamente, à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, em se aplicando os termos da Lei Complementar n. 123/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, e da Lei n. 11.488/2007.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.10. Modalidade e Tipo de Licitação

Os materiais pretendidos são oferecidos por diversos fornecedores e apresentam características normatizadas. Assim, pode-se concluir que são bens comuns, justificando, portanto, a utilização da modalidade “Pregão”, sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica, tipo “Menor Preço”.

2.11. Impacto Ambiental

Natureza	Adequações Necessárias
Infraestrutura Tecnológica	Eventual necessidade de deslocamento de canaletas para instalação das divisórias, de acordo com o layout preparado pela Seção de Engenharia e Arquitetura.
Infraestrutura Elétrica	Eventual necessidade de deslocamento de canaletas para instalação das divisórias, de acordo com o layout preparado pela Seção de Engenharia e Arquitetura.
Logística de Implantação	Conforme demanda das unidades.
Espaço Físico	Realização do serviço em horários a combinar com os chefes das unidades.
Mobiliário	Eventual necessidade de deslocamento para instalação das divisórias, de acordo com o layout preparado pela Seção de Engenharia e Arquitetura.

Os serviços de instalação de divisórias poderão gerar poeira e entulho, problemas que deverão ser minimizados pela realização dos cortes das peças em locais reservados (sem vento) e pela adequada remoção e destinação do entulho.

2.12. Conformidade Técnica

- NBR 9050/2015- Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- ABNT NBR 11673:1990- Divisórias leves internas moduladas - Perfis metálicos – Especificação;
- ABNT NBR 11675:2016- Divisórias leves internas moduladas - Verificação da resistência aos impactos;
- Resolução CONAMA n.307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- Resolução CONAMA n.469, de 29.7.2015, que altera o art. 3 da Res. CONAMA n.307:2002

2.13. Obrigações da Proponente

Fornecer todas as especificações necessárias à análise das propostas conforme requisitos técnicos, e entregar amostras dos produtos, caso solicitado.

Recomenda-se à empresa proponente realizar visita técnica no local onde será prestado o serviço.

Caso a empresa opte pela realização da visita técnica, esta deverá ser previamente agendada por meio dos telefones abaixo:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Cartório Eleitoral	Endereço de Instalação	Telefone/ Contato
70ª ZE – São Carlos	Rua Demetrio Lorenz Esq R Pedro J. Werlang, Lote 15 Quadra 20, 89885-000, São Carlos/SC	(49) 3325 4038 Everton Hetzel
36ª ZE – Videira	Rua Saul Brandalise, N.1531, Edifício San Francisco, Sala 03, 89560-29, Videira/SC	(49) 3533 2378 Antonio Carlos Zucolotto Júnior
39ª ZE – Ituporanga	Rua João Steffens, 425, Seminário, 88400-000, Ituporanga/SC	(47) 3533 1605 Kathryn Haut

A visita técnica deve ser:

- Realizada pelo responsável indicado pela empresa;
- Acompanhada por representante do TRE-SC, designado para esse fim.

A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser a contratada, não poderá alegar em nenhuma hipótese o desconhecimento dos locais da realização do serviço e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

2.14. Obrigações da Contratante

Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório;

Promover, por meio de seu representante, o servidor titular da função de Chefe de Cartório, ou seu substituto, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993, a fiscalização do Contrato.

2.15. Obrigações da Contratada

- 2.15.1 Entregar e instalar os produtos conforme condições estipuladas na proposta e no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC;
- 2.15.2 Visitar o local antes da realização dos serviços para conferência das medidas e demais condicionantes;
- 2.15.3 Instalar as divisórias de acordo com o projeto disponibilizado pelo TRESC, com perfeito acabamento;
- 2.15.4 Entregar o(s) produto(s) nos locais indicados na tabela do item 2.13, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
- 2.15.5 Substituir o produto e/ou refazer o serviço no prazo máximo de 10 (dez) dias, se constatada qualquer irregularidade no recebimento provisório;
 - a) Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos e/ou refazimento do serviço não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
 - b) Correrão à conta da contratada todas as despesas decorrentes da substituição do produto e/ou refazimento do serviço.
- 2.15.6 Substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o(s) produto(s) que, após a entrega e aceite, durante o prazo de garantia, venham a apresentar defeitos de fabricação ou quaisquer outros que, reincidentes em número igual ou superior a duas vezes, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que, para a sua ocorrência, não tenha contribuído –



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

por ação ou omissão – o TRESC;

- 2.15.7 Fornecer todos os dispositivos e acessórios, materiais, ferramentas, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços;
- 2.15.8 Executar os serviços mantendo as áreas de trabalho limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos;
- 2.15.9 Manter os empregados uniformizados com a identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho, conforme NR-18;
- 2.15.10 Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos trabalhos realizados e equipamentos empregados;
- 2.15.11 Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como indenização que porventura daí originarem e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecem;
- 2.15.12 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESC;
- 2.15.13 Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.16. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

O objeto deve atender aos requisitos técnicos abaixo:

PAINEL	Painéis de, no mínimo, 35 mm (trinta e cinco milímetros) de espessura, com miolo semioco, revestido em pintura à base d'água, com secagem ultravioleta na cor Areia Jundiá. Pannel com altura aproximada de 2,10m (dois metros e dez centímetros) ou 1,05m (um metro e cinco centímetros) a partir do piso, com o restante da altura em vidro ou pannel.
ESTRUTURA	Estruturados com perfis de aço galvanizado pintados na cor preta, com montantes estruturais simples que possibilitem a adequação das divisórias à modulação de, aproximadamente, 125cm (cento e vinte e cinco centímetros).
REFORÇO DE ESTRUTURA (ONDE INDICADO)	Deverão ser instalados reforços junto aos perfis “U”, com tubos de seção quadrada de metalon galvanizado, com dimensões igual a 4x4x0,9mm (lado x lado x espessura), fixados nos perfis por rebites distanciados 30 cm entre si, conforme detalhe em projeto. Os tubos de metalon galvanizados deverão ser pintados com tinta epóxi na cor preta.
VIDRO	Vidro com espessura mínima de 4mm (quatro milímetros), estruturados com perfis de aço galvanizado pintados na cor preta, com montantes estruturais



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	que possibilitem a adequação das divisórias à modulação de, aproximadamente, 125cm (cento e vinte e cinco centímetros).
PORTAS	Porta para divisórias com miolo semioco, com dobradiças e fechaduras, com perfeito acabamento, nas dimensões 0,84x2,10m.
FERRAGENS	Fechaduras tubulares para divisórias, na cor preta, com duas chaves. As fechaduras devem permitir o fechamento com chave pelo lado externo do ambiente.

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

- Painel MSO UV 35 mm, 120x211x35 mm, da Eucatex, na cor areia Jundiá.
- Fechadura Tubular Botão/Chave, Linha Divisória, da Vouga, na cor preta.

As marcas, códigos e referências citadas prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares aos indicados, que detenham as especificações daqueles).

ATENÇÃO:

A empresa vencedora deverá:

- fornecer todo o material e instalar as divisórias de acordo com o projeto disponibilizado pelo TRESC, com perfeito acabamento;
- conferir in loco as medidas;
- em caso de dúvida do setor requisitante quanto ao objeto proposto, apresentar amostra do material.

Observação: Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas junto à Seção de Engenharia e Arquitetura/CIS/TRESC, das 13 às 19h, pelo telefone (48) 3251-7464 ou 3251-3770.

3.1.2. Códigos SIASG

Divisórias navais: 313791

3.1.3. Vigência

A vigência do contrato será contada a partir de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado.

Florianópolis, em 11 de março de 2020.

Valéria Luz Losso Fischer
Integrante Demandante

Pierina Schmitt Pomarico
Integrante Técnico

João Batista Sarilho da Silva
Integrante Administrativo



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada.

Após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC, a empresa deverá agendar visita técnica ao local de instalação das divisórias para conferência das medidas e demais condicionantes.

Os serviços serão acompanhados pelo Chefe do respectivo Cartório Eleitoral, ou seus substitutos, devendo a Contratada manter prévio contato pelos telefones indicados no item 2.13 deste Projeto Básico.

Esses servidores terão autoridade para:

- Solicitar a imediata retirada de qualquer operário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar modificações de prazo ou de condições contratuais;
- Exigir o cumprimento de todos os itens desta especificação;
- Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para sua retirada do local de realização dos serviços.

A existência desse acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois da instalação dos materiais.

Os Chefes dos respectivos Cartórios Eleitorais receberão o objeto, conferindo as especificações descritas no Contrato. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá efetuar a substituição no prazo máximo de 10 (dez) dias, arcando com todas as despesas.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

O prazo de entrega e instalação será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento, pelo licitante vencedor, do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC.

1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora.

1.4. Prazos de Garantia

A garantia dos produtos e serviços deverá ser de, no mínimo, 5 anos.

1.5. Acompanhamento do Contrato

Quaisquer dúvidas de projeto ou que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto ao Gestor da Contratação, qual seja, o servidor titular da função de Chefe de Cartório, ou seu substituto, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993, com o apoio da Seção de Engenharia e Arquitetura SEA/TRESC, pelo telefone (48) 3251-3700, ramais 7464, 3818 ou 3770.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

O recebimento provisório ocorrerá na entrega do objeto.

De posse do Relatório de Recebimento Provisório, a Contratada terá prazo de até 10 (dez) dias úteis para o atendimento de todas as exigências da Fiscalização, referentes a defeitos e imperfeições que porventura venham a ser verificados.

O Recebimento Definitivo será efetuado somente após o saneamento de todas as irregularidades apontadas no Termo de Recebimento Provisório, em até:

- a) 3 (três) dias úteis após o recebimento de comunicação da Contratada de que os serviços estão inteiramente concluídos, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para o item cujo valor total contratado ficar igual ou abaixo de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais); ou
- b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento de comunicação da Contratada de que os serviços estão inteiramente concluídos, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para o item cujo valor total contratado ficar acima de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

1.7. Pagamento

O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais); e
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado for superior a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

1.11. Descumprimento Contratual

Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

1.12. Penalidades

O licitante ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

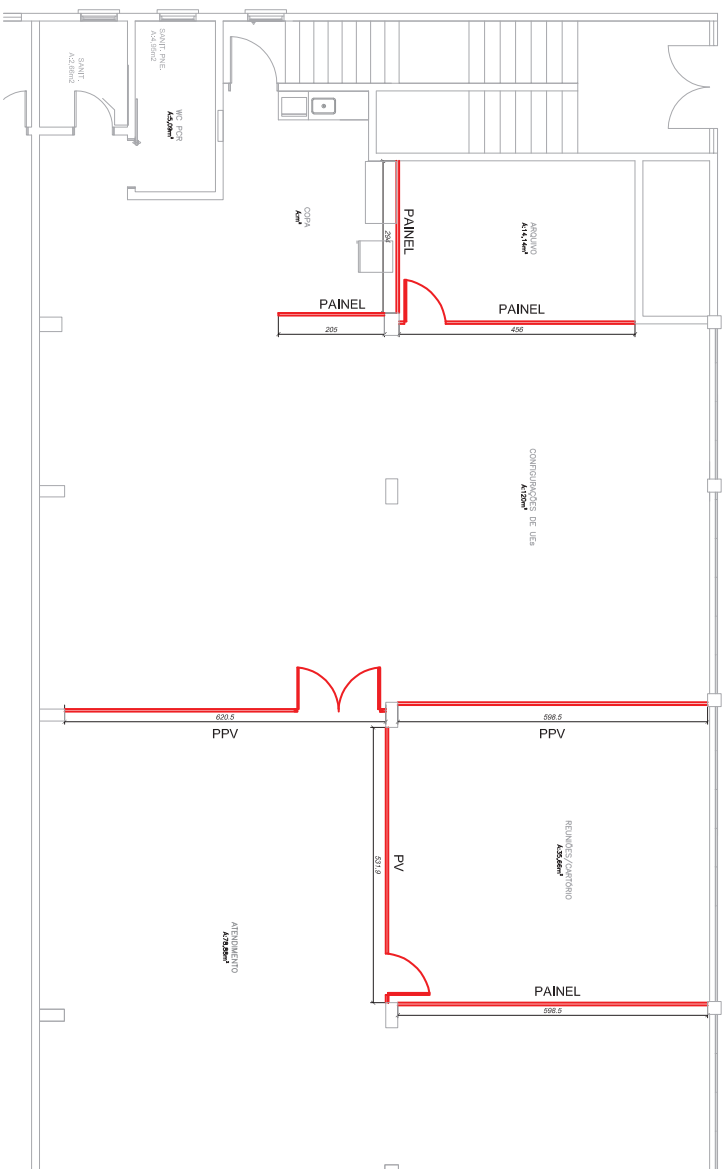
Para os fins do contido na letra “h” do rol acima listado, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

Para os casos não previstos no segundo parágrafo deste item, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

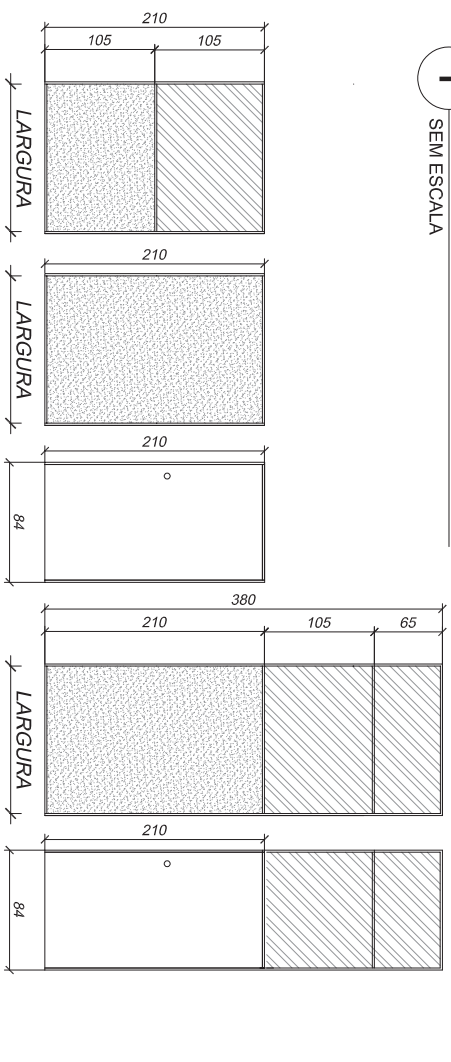
- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

São de competência do Presidente do TRESC as sanções de impedimento de licitar e contratar com a União e de descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos; como também, a sanção de ser a empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto, bem como em eventual substituição de produto, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

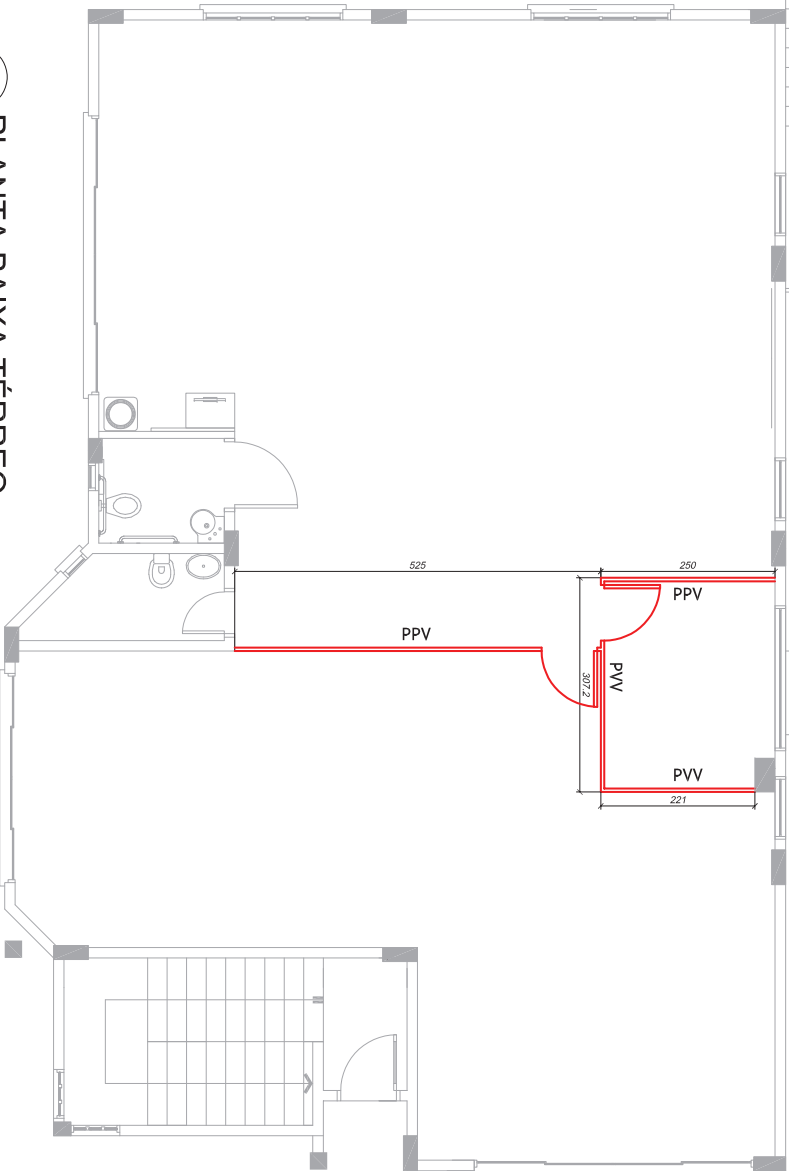


SEM ESCALA



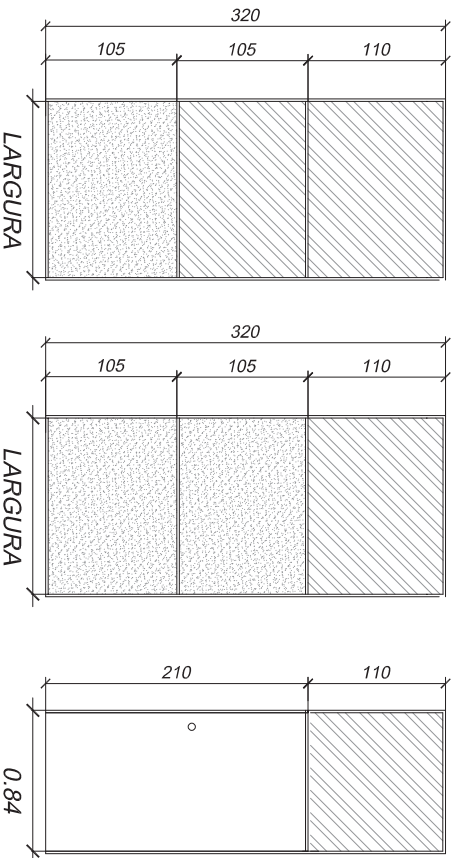
SEM ESCALA





1 PLANTA BAIXA TÉRREO

SEM ESCALA



2 DETALHE DIVISÓRIAS E PORTAS

SEM ESCALA

QUANTIFICAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	Perímetro	Altura	Total
Divisória Painel Vidro (PPV)	7,75m	3,20m	24,80m²
Divisória Painel Vidro Vidro (PVV)	5,28m	3,20m	16,90m²
Porta completa (un)			2

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

LOCAL:

CARTÓRIO DA 39ª ZONA ELEITORAL
Ituporanga/SC

PROJETO EXECUTIVO:

DIVISÓRIAS



CHEFE SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA:

SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA:

PROPRIETÁRIO:

PIERINA SCHMITT POMARICO

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
CNPJ: 06.858.951/0001-93

DESENHO: Julia/Pierina

ESCALA: Indicada

PRONOME:

DATA: MARÇO/2020

REVISÃO: 01

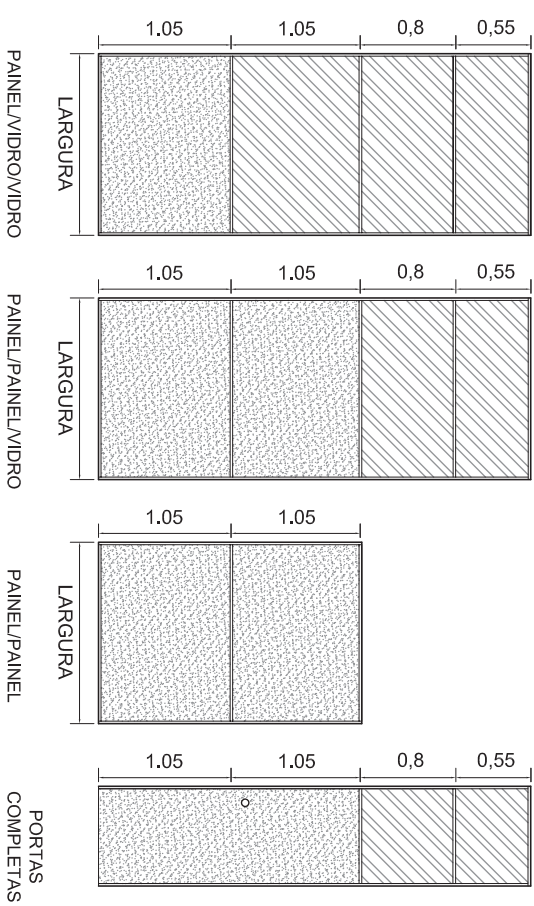
ARQUIVO:

[TUPORANGA] DIVISÓRIAS

01/01

QUANTIFICAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	QTD	UN
Divisória Painel Vidro (h=3,45)	12,18	m²
Divisória Painel Vidro (h=3,45m)	29,19	m²
Divisória Painel Painel (h=2,10m)	23,17	m²
Porta completa	6	un



LEGENDA

Divisórias

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina



LOCAL:
RUA SAUL BRANDALISE, BAIRRO DOIS PINHEIROS, EDIFÍCIO SAN FRANCISCO, SALA 03 - VIDEIRA/SC

PROJETO EXECUTIVO:

CHEFE SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA:

SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA:

PROPRIETÁRIO:

PROJETO EXECUTIVO:

DIVISÓRIAS

Plênia Schmitt Pomatoico

Seção de Engenharia e Arquitetura

ESCALA:

Indicada

PRONOME:

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CNPJ: 05.858.85/0001-93

DESENHO:

Plênia

REVISÃO:

02

ARQUIVO:

VIDEIRA\DIVISÓRIAS

DATA:

18.7.2019

01/01

